

EDIÇÃO CRÍTICA
DAS OBRAS COMPLETAS DE LEONARDO COIMBRA

Coordenação científica: ÂNGELO ALVES
Pesquisa e recolha dos dispersos: JOSÉ CARDOSO MARQUES e SUSANA RELVAS
Organização da edição (coordenação da edição, fixação do texto,
notas e índices): AFONSO ROCHA

*

CONSELHO CIENTÍFICO

ÂNGELO ALVES
ANTÓNIO BRAZ TEIXEIRA
ARNALDO DE PINHO
MANUEL FERREIRA PATRÍCIO
MANUEL BARBOSA DA COSTA FREITAS (já falecido)
MANUEL CÂNDIDO PIMENTEL

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
CENTRO REGIONAL DO PORTO

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA
LISBOA

2014

Título: Obras Completas
Vol. VIII

Autor: Leonardo Coimbra

Edição: Imprensa Nacional-Casa da Moeda

Conceção gráfica: INCM

Tiragem: 1000 exemplares

Data de impressão: outubro de 2014

ISBN: 978-972-27-1974-2

Depósito legal: 216 775/04

N. E. — A INCM publica as suas edições segundo as normas do Acordo Ortográfico de 1990. Exceccionalmente, este último volume das *Obras Completas* de Leonardo Coimbra foi editado pelas normas ortográficas estabelecidas em 1945, mantendo-se a coerência de critério ortográfico em toda a coleção.

ÍNDICE GERAL

<i>Prefácio,</i> por AFONSO ROCHA	11
--------------------------------------------	----

OBRAS COMPLETAS

DE

LEONARDO COIMBRA

INTERVENÇÕES POLÍTICAS NO PARLAMENTO E NO CONGRESSO

Intervenções nos debates parlamentares

[Sobre a criação da Faculdade de Letras do Porto]	33
[Sobre Homem Cristo e a Faculdade de Letras do Porto]	166
[Sobre as Escolas Primárias Superiores]	218

Discursos no Parlamento e no Congresso

[Discurso no Congresso na comemoração das Constituintes de 1820]	229
[Discurso no Parlamento em homenagem às memórias dos parlamentares mortos durante o interregno parlamentar]	254
[Discurso no Parlamento no voto de pesar a Alves da Veiga]	259
[Discurso no Parlamento sobre monumento a Carvalho Araújo]	261
[Intervenção parlamentar de apoio político ao governo de José Domingues dos Santos]	262

ESCRITOS PUBLICADOS POSTUMAMENTE

Acção e Pensamento	269
O homem às mãos com o Destino	305
[Texto de assinatura do Livro de Honra do Grupo dos Modestos]	356
[Natureza, perigos e grandeza da ciência]	357
Excerto dum trabalho inédito	360
Espíritos liberais e espíritos reaccionários	362
A alma	373

A personalidade espiritual de Guerra Junqueiro	386
[O espírito e a guerra]	396
Dois humanismos — Duas liberdades	400
A origem e o valor da ideia de vida espiritual	408
Conservatismo e revolucionarismo.....	412
[Extracto do discurso na homenagem dos Amigos no Grande Hotel do Porto]	414
Oração.....	416
Meu Deus!	419
[Aos legisladores da República Portuguesa]	420
[O rouxinol da Saudade]	421
Amor da terra galega	425
Virgem outonal.....	428

ESCRITOS INÉDITOS

Textos temáticos e outros

Em frente de mim!	435
[Autógrafo].....	438
O momento político.....	439
[Movimento do pensamento científico].....	442
Einstein e a política.....	445
[Passava um dia Jesus]	447
Os truculentos, os malévolos e os acácios	449
[Da relatividade].....	451
[Caracterização de algumas obras pelo próprio Autor]	461
Aristóteles.....	462
[Requerimento de despacho para professor efectivo]	466
[Requerimento de processo disciplinar contra o Snr. Homem Cristo]	468

Prelecções de Filosofia

1. ^a prelecção.....	471
2. ^a prelecção.....	476
3. ^a prelecção.....	478
4. ^a prelecção.....	480
5. ^a prelecção.....	482
6. ^a prelecção.....	485
7. ^a prelecção.....	486
8. ^a prelecção.....	488
10. ^a e 11. ^a prelecções	489
12. ^a prelecção.....	490
13. ^a prelecção.....	492
14. ^a prelecção.....	494
15. ^a prelecção.....	495
16. ^a prelecção.....	497

Apontamentos vários

Caderno A	501
Caderno B	519
Caderno C	529

MANUSCRITOS-FRAGMENTO INÉDITOS

[Camilo Castelo Branco]	535
[Apontamentos sobre a realidade brasileira]	537
[Apontamentos sobre o problema económico-financeiro do país]	539
Portugal e Brasil	540
Principal bibliografia científica	541
[Personalismo cristão e paganismo russo... O artista e o metafísico...]	543
[Bolchevismo]	544
[Conceito e actividades ontológicas]	545
[Irredutível intuitivo]	546
[Apontamentos sobre filosofia e psicologia]	548
[Apontamentos relacionados com processo Homem Cristo...]	549
[A realidade dos fenómenos de telepatia, espiritismo e outros]	550
[À prece]	551
[Números primos]	552
[Apontamentos relacionados com viagem a Madrid (?)]	553
[A vida social]	554
[A ciência e a alma]	555
[As almas e Deus]	556
[A natureza como refração do divino]	557
[Apriorismo, formalismo e ciência]	558
[...]	559
[Definição da ideia de liberdade]	560
[A alma]	561
[O segredo do bergsonismo]	562
[A física é uma simbólica]	563
[...]	564
[Somos uma ilusão de ser]	565
[Excesso da alma sobre a matéria]	566
[...]	567
[O perfeito coração comunista]	568
[O carácter restricto, relativo e condicionado da Verdade]	569
[Fealdade, negação e liberdade...]	570
[Alma, seres espirituais, espiritismo, telepatia...]	571
[Naquela manhã cósmica e cidadina...]	572

CORRESPONDÊNCIA DE LEONARDO COIMBRA

Correspondência publicada postumamente	575
Correspondência inédita	587
Adenda	705

<i>Nota final</i>	759
<i>Palavra de agradecimento</i>	763
<i>Gratidão e memória</i>	765
<i>Índice onomástico</i>	767
<i>Índice sistemático</i>	773

PREFÁCIO

O advento do «pensamento moderno» terá constituído para o mundo ocidental (cristão), então enquadrado pelo «pensamento tradicional», um desafio semelhante ao que o cristianismo representara para o mundo antigo da Grécia e de Roma. Com efeito, por força dos pressupostos, dos princípios e das perspectivas que regiam o «pensamento moderno», profundamente consonantes e decorrentes da ciência positiva, da razão «iluminada» de Kant e da «filosofia positiva» de Comte, o mundo ocidental viu-se necessariamente confrontado com o desafio de ter que reformular a concepção por que, até então, se tinha pautado quanto às relações da ciência, da metafísica e da religião.

O repto de um tal desafio também ocorrerá em Portugal, ainda que sobretudo por parte do pensamento filosófico, e um tanto retardadamente. E tanto assim foi que, mormente a partir de meados do século XIX, não só se dá que os principais representantes do pensamento filosófico português passam a questionar que o cristianismo católico continue a ser pressuposto como pedra-fundamento da filosofia da religião, como se dá que eles, subsumindo a religião em termos místico-espiritualistas, abandonam em regra a concepção institucional e organizada da religião.

No entanto, a evolução verificada em Portugal a nível da filosofia da religião dar-se-á sem que o pensamento filosófico português, designadamente a nível das suas figuras mais representativas, descambe para a defesa do positivismo, do materialismo, da descrença, do ateísmo e da irreligiosidade. Ainda que cada um com a sua concepção própria, demonstram-no figuras como Amorim Viana, Cunha Seixas, Teófilo Braga, Antero de Quental, Guerra Junqueiro, Sampaio (Bruno), Basílio Teles, Pascoaes, Leonardo Coimbra, Fernando Pessoa, José Marinho, Delfim Santos...

Efectivamente, embora tais autores, mais ou menos identificados com a perspectiva «moderna» do Conhecimento, se sintam mobilizados para o questionamento e abandono da concepção da religião segundo pressupostos cristãos-católicos, nem por isso eles (mesmo Teófilo Braga e Basílio Teles!) deixarão de afirmar de forma inequívoca, quer o Absoluto e/ou Deus e/ou a «Divindade» e/ou o «Divino», quer o carácter religioso da antropologia.

Contudo, enquanto a generalidade de tais filósofos questiona o cristianismo católico e afirma o carácter místico-espiritualista da religião de forma um tanto inorgânica e assistematizada, em contrapartida, Leonardo Coimbra e Sampaio (Bruno), independentemente de cada um conceber a religião segundo pressupostos e perspectivas de sentido diferente, sobressaem pelo cariz filosoficamente pensado e sistematizado que imprimem à concepção da religião. Eles propõem-se, com as suas formulações, superar o conflito que então existia em Portugal quanto ao carácter incompatível da razão e da fé cristã-católica.

Porém, se é verdade que a concepção de Leonardo Coimbra converge em certos aspectos com a de Sampaio (Bruno) e com a da generalidade dos filósofos ou pensadores mencionados quanto aos termos que devem reger as relações da ciência, da metafísica e da religião, nem por isso deixa de se poder comprovar também que ela diverge profundamente da generalidade das principais figuras do pensamento filosófico português da segunda metade de Oitocentos e da primeira metade do século xx.

É que, diferentemente dos filósofos ou pensadores mencionados, que não se inibem de pôr abertamente em questão o cristianismo católico (Sampaio Bruno irá ao ponto de afirmar a religião em termos exteriores ao cristianismo, concebendo-a sob a forma de um misticismo gnóstico a que chama de «misticismo idealista»), Leonardo Coimbra, único entre todos, na fase final da vida, não só opta por se reaproximar formalmente do cristianismo católico, como, dados, por um lado, os termos filosófico-teológicos sob que nessa altura manifesta conceber o humanismo e o cristianismo católico, e dada, por outro lado, a forma abstencionista como se terá comportado em relação à ditadura do Estado Novo (quer durante o processo de implantação desta a partir de 1926, quer aquando da sua implantação propriamente dita com a Constituição de 1933), propicia que se fique a considerar que a sua «reconversão» à fé cristã-católica, porque verificada no quadro de um cristianismo católico um tanto tradicionalista e nacionalista, qual o que em boa medida vigorava na altura em Portugal, poderá corresponder a um certo contra-ciclo relativamente ao pensamento filosófico, teológico e político que anteriormente afirmara e defendera.

De resto, se Leonardo Coimbra, graças à concepção filosófica, teológica e política que possibilita fazer supor em «A Rússia de Hoje e o Homem de Sempre» (constante do vol. VII da presente edição) em relação ao humanismo, à religião e ao comunismo, já parecia fornecer perspectivas que, a par do carácter um tanto datado da obra, induzem uma tal interpretação sobre a sua reaproximação ao cristianismo católico, agora, com a publicação do presente vol. VIII, nomeadamente através de um ou outro texto (por exemplo «Meu Deus!»), tal perspectiva de interpretação parece resultar ainda mais plausível.

De qualquer modo, independentemente de o tipo de reaproximação que Leonardo Coimbra efectuou em relação ao cristianismo católico poder acusar uma certa dissonância com o pensamento filosófico, teológico e político que havia manifestado anteriormente, nem por isso se poderá deixar de o considerar como uma das figuras superiores da história da cultura e do pensamento filosófico português.

Por nossa parte, estamos certos que não terá sido outra coisa o que Fernando Pessoa quis afirmar, quando, não se ficando por fazer saber a Álvaro Pinto que se afastava da «Renascença Portuguesa» por causa de «certos defeitos de atitude na Renascença e em alguns dos seus representantes [Pascoaes e Leonardo Coimbra]» e por causa do «trambolhão» que Leonardo Coimbra dera no texto de recensão do « regresso ao Paraíso» de Pascoaes, fez questão de dizer que «criar uma nova literatura, uma nova filosofia — esse é o primeiro passo» e que tal «passo» «foi dado em Portugal, em filosofia sobretudo, por Leonardo Coimbra, um dos três grandes filósofos da Europa contemporânea (os outros dois são Bergson e Eucken)».

Contudo, depois das considerações acabadas de produzir para uma conveniente contextualização da figura e do pensamento de Leonardo Coimbra, importará que o presente prefácio se centre sobretudo na estrutura e no conteúdo do presente volume da edição crítica das Obras Completas de Leonardo Coimbra, de forma a situá-lo, quer no contexto da obra e do pensamento do autor, quer no âmbito da presente edição.

Nesse sentido, impor-se-á afirmar antes de mais que o vol. VIII (o último da edição), diferentemente dos sete volumes anteriormente publicados (nove tomos), que englobaram as obras e os dispersos publicados por Leonardo Coimbra em vida, compreende, por um lado, as intervenções que o político-ministro fez no debate parlamentar (existentes no Diário das Sessões da Câmara dos Deputados e da Câmara do Senado, todas elas desconhecidas em grande medida), e, por outro, quer os escritos publicados postumamente à sua morte, quer os escritos que se mantinham inéditos.

Em segundo lugar, será de afirmar que o vol. VIII também compreende, quer os escritos que só vieram a ser por nós conhecidos posteriormente à edição dos volumes em que deveriam ter sido integrados, quer os escritos cujo manuscrito ou dactilografado (a partir de manuscrito) só chegou ao nosso conhecimento posteriormente à edição dos volumes em que os textos correspondentes, extraídos do respectivo periódico, foram integrados.

Finalmente, a par de se referir que os seus escritos consubstanciarão textos desconhecidos da generalidade dos leitores, e mesmo dos estudiosos da obra e do pensamento de Leonardo, também será de explicitar que os documentos ou escritos do vol. VIII, correspondem a textos de natureza tipologicamente diversa: intervenções políticas no Parlamento e no Senado, nomeadamente as que respeitam à «transferência» da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra para a Universidade do Porto (extraídas das Actas do Diário das Sessões da Câmara dos Deputados e da Câmara do Senado), ensaios de natureza temática, «prelecções» das aulas da cadeira de «Filosofia» na Faculdade de Letras do Porto, «Apontamentos vários», Correspondência pessoal (dirigida a terceiros).

Comparado com os volumes precedentes da edição, o vol. VIII reveste um teor basicamente reiterativo do afirmado nos volumes anteriores no que concerne ao pensamento, tal como reveste um teor compósito e heterogéneo, quer no que concerne aos géneros utilizados (os seus escritos vão do discurso parlamentar ao ensaio, das «prelecções» de preparação das aulas às reflexões pessoais, da correspondência às notas de agenda...), quer no que concerne à unidade temática (os seus escritos tanto respeitam à política, à filosofia, à teologia e à ciência, como respeitam à família e aos amigos...), quer no que concerne ao grau de completude dos textos (os seus escritos ora são completos, ora são incompletos e mesmo fragmentários).

No entanto, nem por isso o vol. VIII poderá ser olhado como redundante ou como tendo menos importância que os anteriores. Bem pelo contrário.

É que, não obstante o afirmado quanto ao seu carácter predominantemente reiterativo, o vol. VIII, para além da novidade que alguns dos seus escritos fazem supor, nomeadamente quanto às «Prelecções», «Correspondência» e «Apontamentos vários», proporciona-nos, no âmbito dos escritos temáticos, alguns textos que são de importância verdadeiramente emblemática e especial no que respeita ao pensamento e à figura de Leonardo Coimbra nos aspectos político e filosófico.

E, por isso, renunciando à ideia dum prefácio que visasse atender à globalidade e à heterogeneidade dos escritos consignados no volume, foi sem dificuldade que nos decidimos pela consideração dos escritos que consubstanciassem tal importância especial.

Com tais escritos especiais, uns mais relacionados com a actuação política de Leonardo, outros mais relacionados com o seu pensamento filosófico, prende-se, para além do conteúdo em si mesmo, um certo tipo de importância instrumental, já que, através da explicitação dos respectivos textos, se torna possível conhecer e/ou esclarecer aspectos que revestem particular importância na vida política e na concepção filosófica de Leonardo, aspectos esses que permanecem por conhecer ou que pelo menos não foram ainda devidamente enfatizados a nível da importância que possuem.

Têm a ver tais aspectos, quer com os reais motivos que estão na base da decisão política que Leonardo tomou sobre a criação da Faculdade de Letras do Porto, mediante a extinção da Faculdade de Letras na Universidade de Coimbra e sua «transferência» para o Porto (sessões de 19, 20, 24 e 25 de Junho de 1919; 24, 25 e 26 de Julho de 1919), quer com as razões e o carácter intencionado que determinaram que Leonardo se tivesse dado a conceber o Conhecimento e o Universo em termos de uma «síntese construtiva» ou «criacionista», a que chamará de «O Criacionismo» ou «Filosofia criacionista» ou «Razão experimental» (cf. «Acção e Pensamento»), quer, finalmente, com o facto de o próprio Leonardo não se coibir de aproximar a sua concepção da «Razão experimental» das teorias modernas da ciência, muito designadamente das que Einstein consagrou a nível das «geometrias não-euclidianas» e da «relatividade generalizada» (cf. «Contribuição das modernas teorias científicas para uma nova concepção espiritualista do Universo»).

Efectivamente, através das intervenções políticas produzidas por Leonardo Coimbra no âmbito do debate parlamentar, sobretudo no de 1919, muito nomeadamente a do seu «discurso parlamentar» sobre a chamada «Questão Universitária», acerca da «transferência» da Faculdade de Letras de Coimbra para o Porto, torna-se possível concluir, contrariamente ao que certas posições parlamentares então intentaram veicular, que a decisão do ministro Leonardo Coimbra sobre o problema da Faculdade de Letras do Porto, com a qual, segundo algumas forças políticas e parlamentares, visaria criar tal Faculdade no Porto à custa da sua extinção na Universidade de Coimbra, longe de ter correspondido a um erro político, deverá ser considerada como uma decisão de inequívoca coragem, lucidez e oportunidade política.

É que, — para além de o debate parlamentar, notável quanto à competência e elevação que os seus principais intervenientes, nomeadamente os senhores Alves dos Santos, Brito Camacho e António Granjo, ministros Leonardo Coimbra e Joaquim de Oliveira, lhe imprimiram, nunca ter posto em causa a honestidade, a competência e a alma republicana

do ministro Leonardo Coimbra, mas de, pelo contrário, lhe ter traduzido reiteradamente uma posição de superior consideração enquanto republicano, enquanto ministro da Instrução Pública e enquanto intelectual, indo ao ponto de, pública e verbalmente, reconhecer ao ministro, quer o estatuto de escritor, pensador e filósofo, quer o crédito de pessoa particularmente competente em matéria de ensino —, os textos que o vol. VIII consigna sobre a criação da Faculdade de Letras na Universidade do Porto através da «transferência» de tal Faculdade, de Coimbra para o Porto, muito designadamente o «discurso parlamentar» de 26 de Julho de 1919 sobre «A Questão Universitária», remetem-nos de forma apodíctica para razões que nada têm a ver com problemas de retaliação ou de falta de espírito democrático por parte do ministro Leonardo Coimbra, mas sim para uma justificação que de forma inequívoca se prende com a salvação do próprio regime republicano.

Às verdadeiras razões que terão levado o ministro Leonardo Coimbra a legislar sobre a «extinção» da Faculdade de Letras em Coimbra, «transferindo-a» para o Porto, será o próprio ministro Leonardo Coimbra a explicitá-las no mencionado «discurso parlamentar» de 26 de Julho de 1919, resultando de tal intervenção, como inequivocamente claro, que o decreto de Leonardo sobre a «extinção» da Faculdade de Letras em Coimbra e sua «transferência» para o Porto, não assenta numa decisão autoritária e antidemocrática, desprovida de bom senso político e desrespeitadora da autonomia universitária, mas sim numa decisão essencialmente pautada por razões de «amor da pátria» e à «República».

De acordo com as palavras de Leonardo Coimbra, comprováveis à luz do discurso que estamos considerando, a decisão de «transferir» a Faculdade de Letras para o Porto, «extinguindo-a» em Coimbra, teve a ver substantivamente com o «meio histórico» ou «lugar histórico» em que o país se encontrava politicamente. Segundo Leonardo, o contexto político do país era então o de uma «República» despudorada e sistematicamente atacada pelas forças «monárquico-clericais».

Leonardo irá a tal ponto na explicitação das razões que estavam na base do «conflito» da «Questão Universitária» que, para além de não se coibir de relacionar a situação com tais forças «monárquico-clericais» e/ou com a «reacção neocatólica», fará questão de afirmar que o que, de facto, estava então em presença, era pura e simplesmente o derrube da «República» e a reimplantação duma «monarquia clerical».

Por outras palavras, enfatizando a especial ligação da «reacção neocatólica» com as «associações clericais», mormente o «Apostolado da Oração» e os «Jesuítas», e com a Universidade de Coimbra, acerca da qual não se dispensa de dizer que ela com «a Faculdade de Letras [...]

dedica especial atenção ao elogio histórico de jesuítas [...]», o ministro Leonardo Coimbra não só fará questão de enquadrar em tal campanha o «reaccionarismo» monárquico-clerical, o assassinato de Sidónio Pais e a responsabilização da «Maçonaria» e/ou do seu Grão-Mestre Dr. Magalhães de Lima pela respectiva execução, como fará questão de declarar que, quando, como ministro da Instrução Pública, decretou a «extinção» da Faculdade de Letras em Coimbra, ordenando a sua «transferência» para o Porto, não foi movido por outras razões que não as do «amor da pátria», da salvação da «República» e da «defesa da liberdade pelo ensino»: «[...] Eis, Sr. Presidente, o lugar histórico em que eu estava, quando fui convidado para ministro da instrução pública. // E, porque nunca me confundi com os inimigos, porque nunca fui capaz de dar aos inimigos da República as armas do meu ódio a qualquer homem ou partido republicano, porque nunca fiz hipérbolos de qualquer erro republicano para o tornar crime, igualando-me assim à crítica dos reaccionários, é que me atrevi a pensar (perigoso atrevimento nesta terra!) no problema da defesa da liberdade pelo ensino. // Sabia da minha instabilidade ministerial e que muito depressa deveria fazer o pouco de criador e afirmativo das minhas possibilidades. // No ensino universitário fui ao de maior influência no carácter, de maior irradiação e fecundidade, e fiz dele, dentro do pouco dinheiro que me davam, o melhor que ele podia ser. // Essa reorganização não encontrou nenhum combate científico ou pedagógico e alguns que ultimamente têm aparecido resultam apenas da ignorância e incompreensão de quem os faz. Não valem discussão [...]. Discute-se se consultei ou não a faculdade, o que já está suficientemente esclarecido. Não vale a pena estar a pôr a nu mentiras e traições, pois à República deve acima de tudo interessar o valor intrínseco do que fiz e menos o muito ou pouco tacto diplomático com que o fiz [...]. // Fui imperfeito na realização? Quem o não é? // O que sei é que só um sincero e comovido amor da pátria e da república me determinou. // Concebi uma escola de filosofia para onde a atracção da Beleza chamasse as almas incertas da gente moça do meu país. // Quis criar-lhe o condicionalismo do sucesso e nada mais [...].».

Mas, como ficou dito, o vol. VIII também nos habilita com elementos especialmente importantes, quer pelo que respeita às razões e ao carácter intencionado que estão na base de Leonardo Coimbra ter concebido o Conhecimento e o Universo em termos de uma «Filosofia criacionista» ou «Razão experimental», quer pelo que respeita à relação que o filósofo da Lixa-Felgueiras estabelece entre a sua concepção da «Filosofia criacionista» ou «Razão experimental» e as teorias modernas da ciência sobre o Universo, nomeadamente as de Einstein sobre as «geometrias não-euclidianas» e a «relatividade generalizada».

Ao ler-se «Acção e Pensamento», é sem grande esforço que se poderá constatar que o conteúdo deste escrito publicado postumamente acusa uma evidente relação ou afinidade com a «Filosofia criacionista» («O Criacionismo», «Razão experimental») de que os volumes anteriores da edição, sobretudo o vol. I e o vol. V, já trataram, nomeadamente quando, conotando-se em termos intrínsecos a «síntese criacionista» ou «construtiva» com o «princípio da máxima racionalização», se fala nesses volumes da «Filosofia criacionista», por um lado, em termos de «pensamento-acção», de «Actividade pensante», de «Actividade do pensamento», de «Actividade criadora», de «actividade sintética do pensamento»; por outro lado, em termos de «pensamento Criador», de «pensamento criacionista», de «pensamento: razão», de «razão criacionista», de «pensamento: actividade», de «pensamento construtor», de «pensamento construtivo», de «pensamento de excedência», de «pensamento-realidade», de «pensamento: criador da realidade», de «poder criador do pensamento», de «Razão dinâmica e espiritualista», de «trabalho criacionista do pensamento», de «realidade: permanente criação», de «acção totalizadora da Razão», de «razão construtiva», de «filosofia da liberdade», de «criacionismo gnosológico», de «liberdade criadora», de «liberdade pensante», de «liberdade: vida criadora»; e, finalmente, em termos de «razão experimental», de «Experiência: vida do pensamento», de «pensamento experimental», de «racionalização da experiência».

De facto, Leonardo Coimbra aparece-nos em «Acção e Pensamento», quer como um filósofo para quem a «separação» da «experiência» e da «razão» e/ou a «desarmonia da acção e do pensamento» representa a questão que por excelência está na base da «incerteza da consciência moderna», quer como um filósofo para quem o equacionar de tal questão constitui o grande desafio da sua vida de pensador.

Aliás, Leonardo Coimbra terá subsumido o equacionar desta questão num tal contexto de importância e perenidade que, por um lado, ele não se dispensará de referir que ela já foi objecto da reflexão de Aristóteles e Platão, Descartes e Kant, Leibniz e Hegel, Husserl e Bergson, como, por outro lado, não renunciando a comparar o seu contributo com o dos filósofos mencionados, não se esquivará a deixar perceber que a resolução de tão complexo problema, afinal, até talvez tenha sido conseguida por ele, através da «filosofia criacionista» ou «Razão experimental». Ele vai de tal modo longe na explicitação do contributo que considera ter aportado à solução do problema que nem sequer evita que se fique a pensar que, a seu ver, com a «Filosofia criacionista» ou «Razão experimental», o problema da «desarmonia da acção e do pensamento» terá obtido um grau de resolução eventualmente superior ao que os filósofos anteriormente mencionados lhe haviam aportado.

Efectivamente, no longo excurso a que Leonardo Coimbra procede quanto à evolução que a ciência fizera até chegar às «geometrias não-euclidianas» e à «teoria da relatividade generalizada», — excurso em que alude aos contributos de Euclides, Galileu, Newton, Kant, Michelson, Morley, Lorentz, Eddington, Poincaré e sobretudo de Einstein —, não deixam de resultar claros os seguintes aspectos: por um lado, que Einstein, através da «teoria da relatividade generalizada» e das «geometrias não-euclidianas», consubstanciadoras de uma «teoria da realidade, que envolve a actividade e a liberdade do pensamento», havia criado condições para uma «nova concepção espiritualista do Universo»; por outro lado, que ele próprio, através da «Filosofia criacionista» ou «Razão experimental», à luz da qual concebe a «realidade» como produto do «pensamento» e da «experiência», havia chegado eventualmente mais longe do que a generalidade dos filósofos anteriormente mencionados, incluído Bergson, logrando desse modo alcançar no campo filosófico um feito idêntico ao que Einstein conseguira na ciência.

Conotando a questão «Acção e Pensamento» com a «Renascença» e a «Reforma», Leonardo Coimbra responsabiliza estes dois movimentos do século XVI pelo rompimento do equilíbrio que a «Acção» e o «Pensamento» tinham alcançado na Idade Média, afirmando que eles «separaram, até hoje, a acção e o pensamento». O nosso autor considerará que «o espírito da Renascença não é positivamente o espírito de curiosidade livresca do indivíduo, mas o espírito de curiosidade directa de que é excelso representante o magnífico Leonardo da Vinci», e que «o espírito da Reforma não é só o espírito de simplificação catártica dum Lutero, mas sobretudo o espírito de revisão e de pesquisa directa da nascente evangélica, para além do seu curso histórico marcado pela liturgia e sacramentalismo da Igreja da tradição, essencialmente da Igreja romana».

Leonardo Coimbra considerará que, em consequência das concepções da «Renascença» e da «Reforma», se operara um fenómeno idêntico a nível da «consciência filosófica moderna», graças ao qual não só «a ciência vai descolorindo o Universo aristotélico, cujas linhas de estrutura eram familiares à acção humana», como o pensamento filosófico, atravessado por uma «cada vez mais clara consciência da divergência dos caminhos da acção e do pensamento», se torna numa «filosofia laica ou separada».

De resto, não se limitando a declarar que a «consciência da divergência dos caminhos da acção e do pensamento» havia conduzido a uma «consciência filosófica moderna», indutora quer da «filosofia laica ou separada», quer da «calafriante visão de um Universo, que, de harmoniosa sobreposição de esferas, se faz de repente um turbilhão de formas, sulcando o infinito de um Espaço sem cor e sem voz», Leonardo

Coimbra fará questão de sublinhar que «ninguém pode compreender a saída do equilíbrio medieval entre a acção e o pensamento que dura ainda hoje, sem reflectir no progresso científico e na visão estranha que este pensamento nos trouxe sobre os mundos e as cousas».

Contudo, Leonardo Coimbra não se ficará por identificar o problema. De acordo com o escrito a que nos vimos referindo, ele não só cuidará de empreender a história filosófica que a questão suscitou ao longo dos séculos, como deixará claro que a relação «experiência-razão» e/ou «pensamento-acção» fora, desde a «Renascença» e a «Reforma», o problema que por excelência estivera no âmago da reflexão filosófica, concentrando o interesse dos seus principais representantes desde o século XVI até à contemporaneidade.

Sem omitir uma breve alusão a Aristóteles e a Platão, Leonardo, em tal viagem, parte fundamentalmente de Descartes, autor com quem «o ser de toda a realidade», como se de duas realidades distintas, autónomas e justapostas se tratasse, se desdobra ou separa em res extensa (pura extensão) e res cogitans (ser pensante); em seguida, passa a Kant, filósofo que, de acordo com as suas palavras, por força de conceber o «ser de toda a realidade» como «fenómeno» e «noumeno», «razão teórica» e «razão prática», «vai revelar, melhor que ninguém» a separação da «experiência» e da «razão», da «acção» e do «pensamento», da «ciência» e da «moral»; finalmente, detém-se de forma especial em Leibniz e Hegel, em cujas concepções reconhece virtualidades especiais no tocante à equação da questão em apreço.

No entanto, apesar da especial consideração que traduz em relação às concepções de Leibniz e Hegel, Leonardo Coimbra não se eximirá de declarar que nem um nem outro filósofo conseguiu resolver adequadamente a «desarmonia» em presença: o primeiro, porque, recebendo de Descartes «o Universo moderno, o Universo mudo e descolorido da mecânica», equaciona o problema à luz duma concepção onto-metafísica de pressuposto monadológico em que «cada mónada» não passa de consistir num «ser encerrado em si mesmo», já que para Leibniz «o acordo das mónadas é o simples acordo de uma harmonia preestabelecida pela mónada criadora»; o segundo, porque, acusando uma certa idolatrização da res cogitans de Descartes e do «noumeno» de Kant, não só concebe que a «acção» e o «pensamento» se fundem numa «Razão» em que «tudo é acção e tudo é pensamento», como concebe que «plana sobre a história o absolutismo dum destino irreparável» em que a «acção humana» não passa de corresponder ao «curso de certos momentos dialécticos da razão universal em acto».

Em suma, assumindo uma posição de aberta crítica às concepções que, antes dele, intentaram equacionar a questão da «Acção e

Pensamento», Leonardo Coimbra não deixará de ser peremptório no que concerne a afirmar que a «harmonia» da «acção» e do «pensamento», filosoficamente, só poderá advir de «uma mais profunda reflexão analítica sobre a actividade do pensar e do querer», o mesmo é dizer, dum «construtivismo» que, abandonando a «partição» do «pensamento em forma e matéria, em apriorismo vazio e aposteriorismo deformado», «procure, para além do absoluto das formas, um encontro entre o ser e o conhecer, entre o movimento da acção e a luz do pensamento».

Por outras palavras, inequivocamente insatisfeito e mesmo em desacordo com as concepções dos filósofos mencionados, incluídas as de Leibniz e Hegel, Leonardo cuidará de passar à consideração do pensamento de Husserl e de Bergson sobre a questão: «Fora das críticas essencialmente técnicas da ciência, como conclusões mais ou menos pragmatistas do seu valor, temos principalmente de atender o movimento bergsonista e o movimento fenomenologista da escola de Husserl». Porém, sem prejuízo de, também em relação à concepção de um e de outro, vir a levantar objecções, acabando mesmo por rejeitá-las.

Em relação ao «movimento fenomenologista da escola de Husserl», Leonardo não hesita em declarar que tal perspectiva filosófica não resolve a questão, porque o pensamento de Husserl, vítima do «construtivismo kantista deformador», é «cortado pela distinção da intuição fáctica e eidética», graças ao que se lhe torna «difícil encontrar a ponte de ligação desses dois mundos».

Em relação ao pensamento de Bergson e ao bergsonismo, não obstante a especial consideração que veicula para com o filósofo do «Élan vital», Leonardo Coimbra também não foge a pôr reservas. Com efeito, se, por um lado, o filósofo da Lixa-Felgueiras declara que «a teoria da intuição bergsonista é o próprio método da compreensão intelectual, do ajustamento do pensamento ao real», por outro, também não se dispensa de mostrar certas reticências, acusando mesmo algum distanciamento em relação ao bergsonismo e a Bergson: «Algumas das aplicações do seu método podem ter sido menos felizes; não deixa este de ser o esforço intelectual vigilante e minucioso procurando sempre a coincidência do pensamento e da acção».

Em resumo, através da análise reflexiva que empreende em relação às grandes concepções filosóficas que, após o rompimento operado pelos movimentos da «Renascença» e da «Reforma», se preocuparam com o restabelecimento do «equilíbrio» e/ou da «harmonia» da «acção» e do «pensamento», Leonardo Coimbra aparece-nos não só com uma posição de insatisfeito e de crítico para com todas elas, mas mesmo com uma atitude de rejeição, incluído o próprio Bergson e o bergsonismo.

Efectivamente, corroborando o que se afirmou atrás, Leonardo Coimbra não se ficará pela análise crítica e pelo questionamento das concepções referenciadas. Indo mais longe, ainda que sem o dizer expressamente, o nosso autor como que faz questão de veicular que foi ele, através da «Filosofia criacionista» («O Criacionismo» ou «Razão experimental»), que mais adequada e eficazmente contribuiu para que se superasse a «desarmonia» ou «separação» da «experiência» e da «razão», da «acção» e do «pensamento».

Na nossa interpretação, Leonardo Coimbra faz-se eco desta posição, nomeadamente quando, no termo do escrito a que nos vimos referindo, indicia conotar com a «Filosofia criacionista» os termos sob que a «harmonia» da «acção» e do «pensamento» terá que ser concebida: «[...] A acção é uma projecção do pensamento mais ou menos consciente. O desacordo entre a acção e o pensamento é, pois, um desacordo entre um pensamento inconsciente, actuando a ocultas por tendências, e um pensamento parcamente consciente, não tendo ainda tomado consciência da propulsão de aqueles impulsos [...]».

Mas, se, pelas razões apontadas, resulta claro que o escrito «Acção e Pensamento» reveste uma importância especial, por um lado, em ordem a conhecer-se a forma como Leonardo enquadra a concepção de «O Criacionismo» no contexto do pensamento filosófico universal, e, por outro lado, em ordem a conhecer-se o carácter especial do estatuto filosófico que ele reclama para si em nome de ter sido capaz de aportar tal concepção, semelhantemente, também o escrito «Contribuição das modernas teorias científicas para uma nova concepção espiritualista do Universo», agora republicado no vol. VIII por razões do acesso ao conhecimento do respectivo manuscrito, não deixa de aportar um contributo analogamente especial, já que Leonardo, no termo deste escrito, após revelar um grande conhecimento quer em relação aos termos que as noções de «espaço» e de «tempo» subsumem no pensamento filosófico de Kant, quer em relação ao conteúdo e evolução que tais noções sofreram no conhecimento científico, não se exime de aproximar a sua concepção da «Razão experimental» das teorias modernas a que a ciência logrou chegar, mormente com Einstein. A tal propósito, Leonardo Coimbra não se coibirá de fazer supor que a sua «Filosofia criacionista», que veio a chamar de «Razão experimental» (cf. «A Razão Experimental», 1923), não é, a nível filosófico, senão uma réplica das «modernas teorias científicas» que Einstein consagrou.

Por um lado, Leonardo Coimbra adverte que, «depois de Kant o problema do conhecimento e, como consequência, o problema da realidade ficam mais na directa dependência das noções de Espaço e de Tempo», e que o «problema do conhecimento» e o «problema da realidade» já não

podem ser equacionados cientificamente à luz da «ciência newtoniana», baseada na «geometria euclidiana», e ainda em vigor no tempo de Kant, mas sim à luz da «ciência einsteiniana», baseada nas «geometrias não euclidianas»: «Newton percebe no espaço e no tempo euclídeo-galileanos; Kant irá encontrar de facto nessas formas de percepção o ponto de contacto do necessitarismo formal com o contingencialismo material. // O espaço e o tempo de Kant são, pois, formas de sensibilidade; mas um espaço e um tempo que o facto da ciência newtoniana lhe impõe. // Se Kant tivesse de refazer hoje a sua crítica, outras seriam as formas de espaço e tempo que a ciência ofereceria à sua genial reflexão [...]. // A geometria euclidiana chegara até ao século XIX como o modelo perfeito da certeza científica».

Por outro lado, considerando que «a geometria do Universo, aquela que pode ensinar-nos a sua estrutura macroscópica, apreensível por nossa percepção, não deve efectivamente ser a geometria euclidiana e não o é, com efeito, de acordo com as modernas teorias da física», Leonardo Coimbra defende que o «problema do conhecimento» e o «problema da realidade» só são equacionáveis à luz da «teoria da relatividade de Einstein» («teoria da relatividade generalizada») e das «geometrias não-euclidianas», que estão na sua base: «[...] Sabeis que estou pensando na teoria da relatividade de Einstein. // É nela que temos de demorar agora e por momentos a nossa atenção. // É conhecida a origem do princípio da relatividade restrita na improficuidade de todas as experiências tendentes a demonstrar a velocidade da Terra em relação ao éter [...]».

Finalmente, a par de considerar que a evolução que o conhecimento científico fizera através de homens de ciência como Michelson, Morley, Lorentz, Eddington ou Poincaré constituíra a superação das doutrinas de Euclides, Galileu, Newton e Kant no tocante às noções de «espaço» e de «tempo», Leonardo Coimbra também afirmará que Einstein, através da «teoria da relatividade generalizada» e/ou das «geometrias não-euclidianas», logrou chegar «a uma teoria da realidade, que envolve a actividade e a liberdade do pensamento».

Mas precisamente porque interpreta deste modo a teoria científica de Einstein, então, também a posição final de Leonardo Coimbra, qual a de estabelecer uma relação de afinidade ou convergência entre a sua concepção filosófica de «Razão experimental» e a teoria científica de Einstein, — fazendo supor que a sua concepção, no campo filosófico, não é senão o a que Einstein chegou a nível da ciência —, não tem que nos surpreender grandemente: «Eis, pois, como chegámos através da análise do conhecimento científico a uma teoria da realidade, que envolve a actividade e a liberdade do pensamento. // Quer dizer que nos encontramos de novo com o problema do conhecimento em termos de

Razão experimental, que, consciente da origem social das categorias do pensamento, as vai subordinar agora à mais larga sociedade cósmica em que convive a sociedade humana. // Não há categorias eternas e a única apreensão que um filósofo pode fazer da realidade é a que esteja implícita em todos os actos da Razão experimental e em todas as estruturas dos grupos científicos [...]. // O problema do conhecimento está agora no magnífico acordo [acordo, que é o próprio facto da construção científica] entre o agir duma vontade-inteligência em convivência experimental no Universo e esse mesmo Universo entreabrindo a essa vontade os íntimos arcanos do Ser [...]. // Os últimos termos do Universo são elementos solidários, formas de vontade e vida, de consciência, numa crescente hierarquia de ritmos penetrando as linhas de força do Universo físico de novas linhas de consciência, num vasto e agora infinito campo de Consciência ou Invenção».

Em conclusão, justificando-se dar por terminado este prefácio, parecem-nos, no entanto, não ser de o fazer sem observar que, a ter-se em conta o teor dos escritos publicados no vol. VIII, talvez fosse de aludir a outros aspectos temáticos que revestem uma importância específica na obra e no pensamento de Leonardo. Entre estes, nomeamos designadamente dois: por um lado, a questão do galeguismo e da saudade luso-galega, claramente patenteada pelos escritos «Amor da terra galega», «O rouxinol da Saudade», «Carta a Vicente Risco», «A Saudade luso-galaica», «Galiza, terra da saudade»; por outro, a questão da religião e do cristianismo católico, patenteada sobretudo pelos escritos «O homem às mãos com o Destino», «Dois humanismos — Duas liberdades», «Passava um dia Jesus», «Caracterização de algumas obras do Autor pelo próprio Autor», «O soldado desconhecido».

Entretanto, não o faremos, e isto sobretudo em atenção ao facto de tais questões, não obstante a importância específica que possam revestir a nível do pensamento de Leonardo e do vol. VIII, ainda não terem sido objecto de adequado estudo e investigação por parte dos especialistas do pensamento de Leonardo Coimbra. Com efeito, sem o seu estudo e investigação a nível especializado, qualquer alusão, num prefácio que se quer generalista, teria de resultar como incompleta e mesmo como mais ou menos insatisfatória.

Finalmente, fazendo-me eco da função de Organizador da edição, assiste-me registar a elevada satisfação de ver cumprida com este volume a edição crítica das Obras Completas de Leonardo Coimbra, desenvolvida com o envolvimento do Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa (Centro de Estudos do Pensamento Português) e da Imprensa Nacional-Casa da Moeda e com a supervisão dum Conselho Científico particularmente credenciado.

Com o seu termo, ficarão finalmente criadas as condições para que os estudos e a investigação sobre a obra e o pensamento de Leonardo Coimbra possam ir ainda mais longe, perspectivando-se eventualmente para temáticas menos contempladas até ao momento, quais as da filosofia da ciência, da filosofia política, da filosofia da religião, das ciências biopsicológicas (incluindo as questões da memória e da morte), do galeguismo e da saudade...

Porto, 9 de Maio de 2011.

AFONSO ROCHA

Investigador Principal com equiparação
a Professor Associado
do Centro de Estudos do Pensamento Português